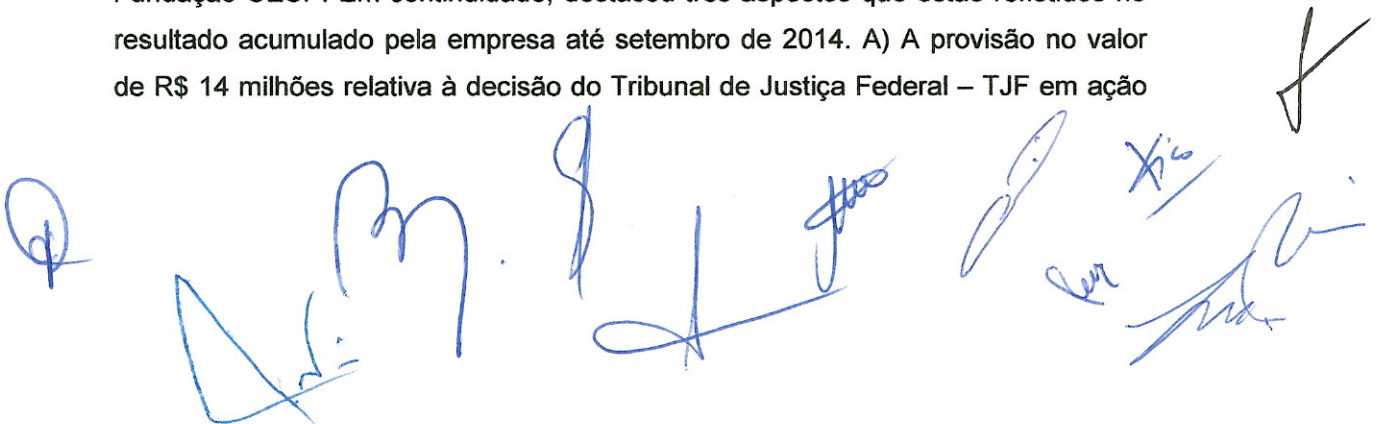


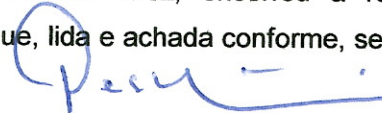
ATA DA DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro de 2014, às 9h30min, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 13, do Estatuto Social da Companhia, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra nº 847, 14º andar - São Paulo - SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., senhores abaixo nomeados e assinados. Iniciando a reunião, o Presidente do Conselho de Administração, Marco Antonio Mroz, cumprimentou a todos os presentes e justificou a ausência do Conselheiro Marcio Rea. A seguir, colocou em apreciação e deliberação o **item I** da pauta, “**Ata da reunião ordinária de 21/10/2014**” (*tempo: 5min*), a qual resultou **aprovada por unanimidade** dos Conselheiros presentes. Na sequência, o Presidente do Conselho de Administração, Marco Antonio Mroz, colocou em apreciação e deliberação o **item II** da pauta, “**ITR – Informações Trimestrais – 3º trimestre/2014**”, (*tempo: 20’*), convidando o Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, Paulo Roberto Fares, para expor a matéria, o que foi feito com base na Resolução de Diretoria nº A/112/04/565ª de 31/10/2014, no Relatório à Diretoria nº A/112/2014 de 31/10/204, e na apresentação distribuída aos Conselheiros e arquivada nesta Secretaria Executiva do Conselho de Administração. O Diretor Paulo R. Fares registrou a presença do representante da empresa de auditoria *KPMG Auditores Independentes*, o gerente Mario Sérgio Gomes Filho e informou também sobre as presenças do Gerente do Departamento de Finanças e Controladoria, Sérgio Pinfildi e do Coordenador de Contabilidade, Custos e Fiscal da EMAE, Roberto Baptista da Silva. Em sequência, o Diretor Paulo Fares delineou o comportamento dos principais indicadores econômico - financeiros que afetam as diferentes operações da EMAE- Contrato de Arrendamento, demais contratos, salários, juros, dívidas e aplicações junto à Fundação CESP. Em continuidade, destacou três aspectos que estão refletidos no resultado acumulado pela empresa até setembro de 2014. A) A provisão no valor de R\$ 14 milhões relativa à decisão do Tribunal de Justiça Federal – TJF em ação

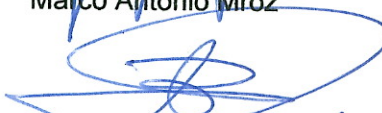


civil movida pela distribuidora A&S – Sul contra as geradoras de energia no período de racionamento em 2001, (impacto contábil, sem reflexo no caixa da empresa até este momento), B) O crescimento de 23% (vinte e três por cento) no resultado líquido obtido pela EMAE exclusivamente nas transações com energia elétrica, C) A redução da ordem de 8% (oito por cento) nas despesas com pessoal, reflexo da diminuição no quadro de empregados entre setembro de 2013 e setembro de 2014. Em seguida, o Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, Paulo R. Fares apresentou o quadro com os principais resultados acumulados pela EMAE até setembro/2014: o 3º ITR apresentou prejuízo de R\$ 9,0 milhões, elevando o prejuízo acumulado no ano para R\$ 13,6 milhões, provocado, essencialmente, pelo provisionamento supramencionado, fato que vem afetando o resultado da Companhia desde o primeiro ITR. Colocada a matéria em discussão e votação resultou **aprovada por unanimidade** de votos no Conselho de Administração. Retomando a palavra, o Presidente do Conselho, Marco Antonio Mroz, relatou aos Conselheiros sobre uma exitosa reunião entre a direção da EMAE e a CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, onde foi discutida e, em uma primeira análise, considerada viável, do ponto de vista ambiental, a implantação de uma usina a gás com cerca de 50 MW de capacidade, que seria construída em terreno da EMAE localizado junto à sua sede. A pedido do Presidente do Conselho, o Conselheiro Ricardo Borsari, Presidente da EMAE, teceu um breve relato sobre as perspectivas para o início de operação da PCH Pirapora em meados de dezembro. Antes de encerrar, o Presidente da EMAE, atendendo às dúvidas de alguns conselheiros, teve a oportunidade de explanar sobre a situação atual das geradoras de energia, que, em virtude da prolongada estiagem verificada na região sudeste do Brasil, estão expostas ao mercado de curto prazo (tecnicamente, GSF- Generation Scaling Factor menor do que 1). O GSF ocorre quando a geração é inferior à garantia física das usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN). O déficit é rateado proporcionalmente entre os participantes do MRE- Mecanismo de Realocação de Energia, que pode resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo (MCP) ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que se encontra na ordem de R\$ 800 por MWh. Esclareceu



que, no caso da EMAE, a Companhia não esta exposta a este risco, uma vez que, ao aderir ao regime de cotas, o risco hidrológico passou a ser das distribuidoras. Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente do Conselho de Administração, Marco Antonio Mroz, encerrou a reunião determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim, José Eduardo Pessini,  Secretário Executivo do Conselho de Administração e pelos Senhores Conselheiros presentes.

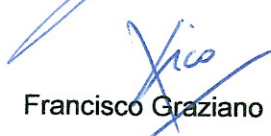

Marco Antonio Mroz


Ricardo Daruiz Borsari

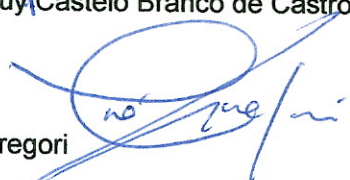

Alexsandro Peixe Campos


Carlos Rogério Araújo

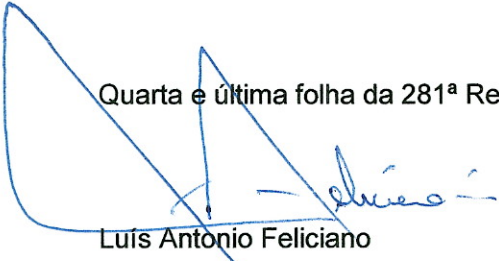

Celso Luiz Gomes de Figueiredo


Francisco Graziano Neto


João Ruy Castelo Branco de Castro


José Gregori

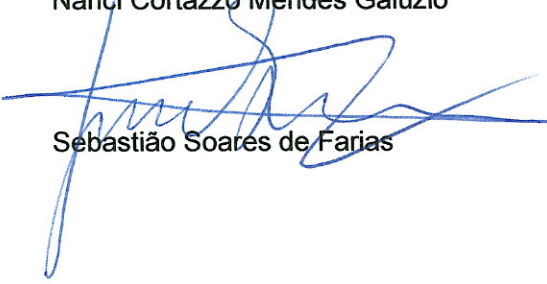
Quarta e última folha da 281ª Reunião do Conselho de Administração



Luís Antonio Feliciano



Nanci Cortazzo Mendes Galuzio



Sebastião Soares de Farias

